

Nota Técnica: Judicialização Ética e o Combate às Fraudes no Setor de Saúde Suplementar

≡A **Operação Bisturi**¹, deflagrada pela Polícia Civil do Rio de Janeiro, revelou um esquema de fraudes que lesou operadoras de saúde suplementar em aproximadamente R\$ 50 milhões. A investigação apurou práticas criminosas como a falsificação de laudos médicos e a realização de cirurgias desnecessárias, gerando gastos elevados e injustificados para os planos de saúde. Esses crimes comprometem não apenas a sustentabilidade financeira das operadoras, mas também o acesso dos beneficiários a serviços essenciais, enfraquecendo o sistema e prejudicando diretamente os pacientes.

O **Instituto Ética Saúde (IES)** reafirma que a judicialização é uma ferramenta essencial para garantir o direito à saúde dos pacientes, mas deve ser utilizada de forma ética e responsável. A manipulação desse recurso para fins fraudulentos desvirtua seu propósito original, prejudicando tanto as operadoras de saúde quanto os beneficiários. Para proteger o equilíbrio do setor e prevenir desvios, o IES defende a adoção de mecanismos de controle mais rigorosos pelos Órgãos oficiais, como a certificação de integridade das clínicas, hospitais, laboratórios e afins, verificação rigorosa de autenticidade dos laudos médicos, auditorias regulares e maior integração entre operadoras, reguladores e a sociedade civil organizada. O fortalecimento das políticas de compliance nas operadoras também é indispensável: programas de integridade robustos permitem identificar e mitigar riscos de fraudes, protegendo recursos e garantindo a continuidade dos serviços para os beneficiários.

O foco principal da judicialização deve ser sempre o bem-estar do paciente. Quando utilizada de forma legítima, é uma ferramenta indispensável para garantir que os beneficiários tenham acesso a tratamentos essenciais, especialmente em situações de urgência.

O Instituto Ética Saúde condena veementemente qualquer prática que desvirtue o propósito da judicialização e reafirma sua defesa um sistema de saúde suplementar equilibrado e sustentável. Para o IES, a judicialização deve ser um recurso para corrigir falhas e garantir direitos, e não um mecanismo explorado para fins fraudulentos.

A Operação Bisturi serve como um alerta para a necessidade de uma atuação mais firme e integrada entre os stakeholders da saúde no combate as práticas antiéticas. O IES continuará promovendo os diálogos éticos no setor, com foco na construção de um sistema justo, ético e que priorize a proteção ao paciente e a integridade das operadoras.

Filipe Venturini Signorelli

Diretor Executivo do Instituto Ética Saúde

¹ [Operação mira fraudes em planos de saúde, com prejuízo de R\\$ 50 milhões | Rio de Janeiro | G1](#)

No Vaticano, Instituto Ética Saúde mostra ações pelo uso seguro e ético da Inteligência Artificial na saúde

Marco de Consenso será entregue ao Papa Francisco, ao longo do VIII Seminário de ética no gerenciamento da saúde



As iniciativas brasileiras pelo uso ético e seguro da Inteligência Artificial na saúde foram destaque no 'VIII Seminário de ética no gerenciamento da saúde', que vai até o dia 29 de novembro, na cidade do Vaticano, Itália. O diretor de Relações Institucionais do Instituto Ética Saúde, Carlos Eduardo Gouvêa, apresentou o novo Marco de Consenso para a Colaboração Ética Multissetorial na

Área de Saúde, que acaba de ser atualizado com dois itens relacionados a Ética dos Algoritmos.

“As ferramentas de inteligência artificial na saúde são de extrema relevância, uma vez que antecipam diagnósticos, auxiliam tratamentos, melhoram a logística e pesquisas. Mas elas têm limitações, vieses e riscos que podem gerar erros nos resultados. O Marco de Consenso mostra um compromisso de todo o setor com o uso ético e seguro da tecnologia”, afirmou Gouvêa. Ele destacou que o documento tem apoio da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Ministério da Saúde e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Mais de 20 instituições, empresas e pessoas físicas já reafirmaram, logo no primeiro momento, o seu compromisso com o Marco, que na primeira versão teve mais de 40 adesões.

O diretor do Instituto ressaltou também que o tema ‘ética dos algoritmos’ foi debatido pelos líderes do G20, no evento do Rio de Janeiro, que resultou em três parágrafos no documento final. Um trecho diz: ““Para garantir o desenvolvimento, a implantação e o uso seguro e confiável da IA, é necessário abordar a proteção dos direitos humanos, a transparência e a explicabilidade, a justiça, a responsabilidade, a regulamentação, a segurança, a supervisão humana apropriada, a ética, os preconceitos, a privacidade, a proteção de dados e a governança de dados”.

Esta semana, Carlos Eduardo Gouvêa pretende entregar o Marco de Consenso para o Papa Francisco.

A participação na Itália é parte de uma série de eventos sobre o tema, que continuarão durante o ano que vem, como parte do fortalecimento das ações e compromissos previstos no Marco de Consenso.

Fonte: [Instituto Ética Saúde](#), em 25.11.2024.